

**COMISSÃO LOCAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO NA ALFÂNDEGA DO
AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – COLFAC**

**14ª REUNIÃO DA COLFAC
ATA**

**11/02/2020, terça-feira, 10h
ALF/VCP, 1º andar, Auditório**

Participantes:

Fabiano Coelho	RFB - COORDENADOR TITULAR
Adriano Perreli Pestana de Castro	VIGIAGRO
Anselmo Riso	CIESP
Pedro Parigot	ABV

- Demais participantes em lista anexa.

DESENVOLVIMENTO

- Foi aprovada a Ata da 13ª Reunião COLFAC sem alterações.

1 – Atendimento Vigiagro no Aeroporto Internacional de Viracopos:

- Os representantes de importadores e exportadores solicitaram atendimento de protocolo nas emendas de feriado;
- Representante do órgão destacou que o serviço administrativo da unidade é realizado por colaboradores cedidos pela Concessionária e que a Vigiagro não possui ingerência sobre o seu ponto. Ressaltou, nessa senda, a escassez de mão de obra própria e os desafios que seus servidores estão enfrentando.
- Em contrapartida, foi salientado que aos finais de semana e feriados existe uma diminuição na demanda de atendimentos para os fiscais agropecuários, o quê demonstra uma dissonância entre o questionamento sobre o atendimento de protocolo e a realidade de outros atendimentos em dias não úteis.
- Sublinhou-se que na área animal, o órgão conta com apenas 3 veterinários, entre março e junho contará com 4.
- O representante da Vigiagro comunicou, ainda, sobre algumas alterações nos procedimentos de fiscalização do órgão, principalmente nas cargas destinadas ao trânsito aduaneiro. Foi informado que por força do Ofício Circular nº 5/2019/DOF/CGVIGIAGRO/SDA/MAPA, de 8 de Agosto de 2019, a coordenação do órgão estabeleceu a vistoria das embalagens em madeira nos aeroportos de entrada. Em um primeiro momento, isso realizar-se-á com todas as cargas em trânsito. O procedimento possibilitará implementação futura de fiscalização por amostra.
- A comunidade aeroportuária presente na reunião questionou os impactos nos procedimentos do trânsito aduaneiro, que foram beneficiados com dispensa de etapas pela RFB em 2019. A Vigiagro salientou que a fiscalização não deve impactar o prazo de 24 horas para liberação das mercadorias e que se trata de procedimento nacional.
- Por fim, explanou-se sobre os avanços realizados no âmbito do MAPA: possibilidade de tratamento da madeira na zona primária, sem necessidade de devolvê-la ao exterior; desenvolvimento de estudo pioneiro sobre implementação de canal verde para madeira, para empresas conformes; obrigatoriedade de tratamento apenas para pragas que não tem no

Brasil; alteração de metodologia de intervenção fitossanitária na exportação; e estudos sobre canal verde para produtos veterinários.

- Ressaltou-se, aos prestadores de serviço e representantes de empresas, a janela de oportunidades de horários disponíveis para atendimento de fiscalização da Vigia e RFB aos finais de semana e feriados.

Encaminhamentos:

- Pauta para próxima reunião: Questões referentes à fiscalização de madeira no Trânsito Aduaneiro.
- Reunião entre Concessionária, Representantes dos importadores e exportadores (SINDASP e CIESP) e Vigia sobre proposta de atendimento do órgão no CIALOG do Aeroporto. Responsável pelo agendamento: Elson (SINDASP).
- Grupo de Trabalho para estudar horários de parametrização no trânsito (RFB e MAPA) e outras questões referentes aos impactos da fiscalização de madeira (Marco Mucci (RFB), Luis Carlos Marques (RFB), Adriano Castro (Vigia), representantes dos recintos, despachantes e outros).

2 – Apresentações Ata Carnet

- As apresentações foram realizadas pela Coordenadora de Serviços de Comércio Exterior da FIESP, Camilla Mafissoni, e pelo Analista-Tributário, Daniel Henrique de Moraes.
- Explicou-se sobre o nível de segurança do procedimento, sobre o surgimento do documento alfandegário, sobre seus custos e utilidades.
- Salientou-se algumas vantagens do uso do documento, entre as quais: emissão on line; validade de 12 meses e possibilidade de uso em até 4 viagens; documento único para admissão temporária em 77 países; agilidade e credibilidade.
- Destacou-se, ainda, a necessidade do carimbo da Aduana para sua validade e sobre a proibição de utilização para carga viva, aperfeiçoamento de ativo e admissão temporária para utilização econômica, conforme IN RFB nº 1.639/2016.
- Por fim, relatou-se a existência do Sistema Ata Carnet que controla os prazos do regime na Aduana Brasileira. Sublinhou-se a necessidade da anuência da Anvisa em campo próprio para o caso de algumas mercadorias e as formas de extinção do regime, conforme IN RFB nº 1600/2015.

Encaminhamentos:

- Destacou-se necessidade de manualização da utilização do documento para padronização de procedimentos pela RFB. Ressaltou-se ainda vantagens no uso dos manuais aduaneiros pelos intervenientes;

3. Demais assuntos:

- Explicou-se sobre o Time Release Study (TRS) e seu lançamento em março no Brasil. A ferramenta fatia o tempo despendido para o despacho aduaneiro, com distinção entre alfândega, órgãos anuentes e setor privado. Ressaltou-se que em Viracopos tem-se gastado muito tempo entre a parametrização e a anexação dos documentos no Portal Único de Comércio Exterior.
- A RFB destacou novamente que será cobrada multa de 10% do valor da mercadoria, para as admissões temporárias que saírem em canal verde, quando os processos não estiverem com os documentos instrutivos.
- Os intervenientes destacaram alguma dificuldade de aceitação da procuração eletrônica nos seguintes setores da RFB: GMAB e GMAN.
- Foi citado a necessidade de retomada da discussão sobre o MHUC.

Encaminhamentos:

- Agendada reunião RFB, Jurcaib e outros para tratar da questão do MHUC.

- Solicitada planilha para a Assessoria de Gabinete com os encaminhamentos das COLFAC's anteriores para verificação dos andamentos, segue em anexo, para preenchimento dos resultados pelos envolvidos nos grupos de trabalho.